

 <https://doi.org/10.58871/000.25042023.v1.11>

**A NECESSIDADE DE SE TRABALHAR GÊNERO E SEXUALIDADE NA SAÚDE
COMO PRÁTICAS INCLUSIVAS**

**THE NEED TO WORK ON GENDER AND SEXUALITY IN HEALTH AS
INCLUSIVE PRACTICES**

CARLOS EDUARDO DA SILVA-BARBOSA

Psicólogo pela Universidade do Grande Rio

JULIBETH DA SILVA FREITAS

Pós-graduanda em Psicanálise pela Faculdade Venda Nova do Imigrante

ADRIANE SOUZA DO NASCIMENTO

Graduanda em Medicina pela Universidade José do Rosário Vellano (Campus Alfenas)

ANDRINY MAGALHÃES FROTA

Graduanda em Psicologia pela Faculdade Luciano Feijão

WALDERMISSE NERY DE SOUZA NETO

Graduando em Enfermagem pela Universidade Federal do Amazonas

ALLANE LIMA DE MOURA

Advogada, graduada em Direito pelo Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES -
UNITA e pós-graduada em Direito Ambiental e Urbanístico pela Damásio Educacional

ELOINA ANGELA TORRES NUNES

Mestre em Perícias Forenses pela Universidade de Pernambuco

RESUMO

Objetivo: Apresentar a experiência de discentes e profissionais da área da saúde sobre a necessidade de se trabalhar gênero e sexualidade na saúde como práticas inclusivas. **Metodologia:** Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo, do tipo relato de experiência, onde se reuniram 10 discentes e profissionais da saúde para discutir sobre gênero e sexualidade na área da saúde e as necessidades de se dialogarem como práticas inclusivas. A experiência a ser descrita ocorreu em janeiro de 2023, por intermédio de um encontro virtual, na plataforma *google meet*, com duração de duas horas. Participaram da atividade estudantes e profissionais da área da saúde, tais como Psicologia, Medicina, Enfermagem e Fisioterapia. Além de participantes da área do direito, o que mostra a importância do diálogo multidisciplinar. **Resultados e Discussão:** É necessário abordar as dificuldades que a população LGBTQIA+ enfrenta em acessar os serviços de saúde. Algumas pessoas sofrem com o tratamento inadequado dos profissionais, com olhares, com falta de aceitação de seu nome social, dentre outros aspectos. Além disso, também existe a dificuldade das equipes

multiprofissionais em lidarem com o atendimento direcionado à essa comunidade. Esses aspectos podem dificultar o tratamento dessas pessoas, tanto físico, quanto emocional, podendo desencadear os transtornos de ansiedade e depressivos, podendo chegar à ideação suicida e consumação do ato. **Considerações Finais:** Acredita-se que essa pesquisa, como um relato de experiência, pode contribuir para que outras pesquisas sejam desenvolvidas, tanto sobre levantamentos bibliográficos, quanto pesquisas de campo, visando aprofundar pesquisas que fortaleçam a inclusão tanto no cenário acadêmico e profissional, quanto para a sociedade.

Palavras-chave: Gênero; Inclusão; Sexualidade.

ABSTRACT

Objective: To present the experience of students and health professionals on the need to work on gender and sexuality in health as inclusive practices. **Methodology:** This is a descriptive, qualitative study, of the experience report type, where 10 students and health professionals met to discuss gender and sexuality in the health area and the needs to dialogue with each other as inclusive practices. The experience to be described took place in January 2023, through a virtual meeting, on the google meet platform, lasting two hours. Students and health professionals, such as Psychology, Medicine, Nursing and Physiotherapy, participated in the activity. In addition to participants from the field of law, which shows the importance of multidisciplinary dialogue. **Results and Discussion:** It is necessary to address the difficulties that the LGBTQIA+ population faces in accessing health services. Some people suffer from inadequate treatment by professionals, with looks, with a lack of acceptance of their social name, among other aspects. In addition, there is also the difficulty of multidisciplinary teams in dealing with the care directed to this community. These aspects can make the treatment of these people difficult, both physically and emotionally, and can trigger anxiety and depressive disorders, which can lead to suicidal ideation and consummation of the act. **Final Considerations:** It is believed that this research, as an experience report, can contribute to other research being developed, both on bibliographical surveys and field research, aiming to deepen research that strengthens inclusion both in the academic and professional scenario, as well as in for the society.

Keywords: Genre; Inclusion; Sexuality.

1. INTRODUÇÃO

Em primeiro momento, é necessário aprofundar os conceitos de sexo, gênero, identidade de gênero e orientação sexual. Primeiramente será apresentado as diferenças entre sexo e gênero. Sobre essa distinção, Jesus (2012, p. 8) aponta que:

Sexo é biológico, gênero é social, construído pelas diferentes culturas. E o gênero vai além do sexo: O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente.

Sendo assim, o sexo pode se referir tanto em relação aos aspectos biológicos, quanto as relações sexuais, o fazer sexo, o ato sexual; e gênero é uma construção social de como a

pessoa se vê e se expressa no mundo (JESUS, 2012). O sexo biológico de um sujeito pode ser o masculino, o feminino e o intersexo. Este último termo, refere-se a pessoas que nascem com características atribuídas ao gênero masculino e ao gênero feminino. Antigamente, a denominação para essas pessoas era de hermafroditas, termo, pelo qual caiu em desuso, devido à conotação biologizante (SEPULVEDA; CORREA, FREIRE, 2021).

Quando se fala sobre gênero, já entendido como uma dimensão social e cultural, que ultrapassa os limites do sexo biológico, é relevante apresentar a diferença entre pessoas cisgênero e pessoas transgênero. Cisgênero pode ser considerado o sujeito que se identifica com sexo referente ao seu nascimento. Sendo assim, quando uma pessoa se apresenta como um homem cisgênero ou mulher cisgênero, significa que ela se identifica com o gênero atribuído em seu nascimento. Já quando se fala de transgênero, é aquela pessoa que não se identifica com as características atribuídas em seu nascimento. Sendo assim, uma mulher pode nascer com a genitália feminina, porém, não se identificar com este gênero e se identificar com o gênero masculino. Neste exemplo, o sujeito é considerado um homem transgênero (SEPULVEDA; CORREA, FREIRE, 2021).

Atualmente, parte da sociedade acaba atualizando os termos: homem trans e mulher trans. No entanto, esse “trans” que é utilizado, pode se referir a: transgênero, transexual e travesti. Transgênero é o sujeito que não se identifica com o gênero biológico, como dito anteriormente; transexual é a pessoa que não se identifica com o gênero biológico e acaba passando por uma transição social, por meios de tratamentos cirúrgicos e/ou hormonais, em busca de se parecer com sua identidade de gênero; travesti está relacionado ao sujeito que nasceu no gênero masculino, mas que adota expressões e vestimentas femininas. Alguns estudiosos da temática afirmam que o correto é utilizar o termo “a travesti”. Além disso, este termo é uma opção política, pois tem a ver com as lutas referentes às pessoas transexuais e transgêneras no Brasil (SEPULVEDA; CORREA, FREIRE, 2021).

Outros termos importantes, expressos por Sepulveda, Correa e Freire (2021), também são os termos “não-binário”, atribuído aos sujeitos que se expressam para além dos binarismos masculino e feminino e o termo “agênero”, para pessoas que não se consideram em nenhum desses dois gêneros.

A orientação sexual, é direcionada à atração afetiva e/ou sexual por determinados gêneros, podendo não ser permanente, havendo a possibilidade de modificações ao longo da vida (JESUS, 2012). Sobre a orientação sexual, este termo pode ser considerado recente, pois no século passado os termos que já foram utilizados eram de “opção sexual” ou “preferência sexual”. Surgiram movimentos que lutaram para clarificar que os sujeitos não escolhem ou

optam por quem irão direcionar os seus desejos, corroborando para que o termo “orientação sexual” seja o mais adequado (SIMÕES; FACCHINI, 2009).

Sobre essa questão, de não escolher o direcionamento dos desejos sexuais e amorosos, Simões e Facchini (2009, p. 31) dizem que

Do ponto de vista do conhecimento científico disponível, há pouca coisa que se possa dizer com segurança. Existem várias teorias biológicas, psicológicas e sociológicas acerca de qual seria o fator determinante da orientação sexual, mas não há, até agora, nenhum estudo conclusivo. Nem mesmo se pode afirmar que a orientação sexual seja algo que se consolide e se fixe definitivamente em um determinado período da vida para todas as pessoas, embora isso venha a ser relatado com grande frequência.

Mediante as definições expostas, este trabalho parte da seguinte pergunta norteadora: por que é necessário trabalharmos gênero e sexualidade como práticas integrativas? Como hipótese, para esta pergunta, podemos destacar que, por um longo período, permaneceu e ainda permanece, a cultura de heteronormatividade, que “[...] é compreendida como um processo de regulação sexual, em que a homossexualidade é instituída como única possibilidade legítima de vivência da sexualidade” (SALES; PARAÍSO, 2013, p. 605). Ou seja, este conceito está atrelado ao pensamento de que apenas são consideradas corretas, relações entre pessoas de sexo/gêneros diferentes, onde orientações sexuais distintas da heterossexual são discriminadas. Tal fato reafirma a necessidade de se lutar por práticas inclusivas para todas as pessoas discriminadas por não serem heterossexuais. Sendo assim, o objetivo deste trabalho é apresentar a experiência de discentes e profissionais da área da saúde sobre a necessidade de se trabalhar gênero e sexualidade na saúde como práticas inclusivas.

2. METODOLOGIA

Trata-se de um estudo descritivo, qualitativo, do tipo relato de experiência, onde se reuniram discentes e profissionais da saúde para discutir sobre gênero e sexualidade na área da saúde e as necessidades de se dialogarem como práticas inclusivas. Desse modo, o estudo descritivo, se caracteriza como um estudo que objetiva narrar fatos e/ou situações sobre determinados assuntos e fenômenos, o que acaba corroborando para a realização de relatos de experiência, que são muito utilizados por profissionais e discentes da saúde, ciências humanas e ciências de modo geral (DALTRO; FARIA, 2019).

A experiência a ser descrita ocorreu em janeiro de 2023, por intermédio de um encontro virtual, na plataforma *google meet*, com duração de duas horas. Participaram da

atividade estudantes e profissionais da área da saúde, tais como Psicologia, Medicina, Enfermagem e Fisioterapia. Além de participantes da área do direito, o que mostra a importância do diálogo multidisciplinar.

Em relação aos procedimentos éticos, não foi necessário a submissão do estudo ao Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), visto que a experiência narrada aborda o que ocorreu entre os próprios participantes e escritores deste estudo, não causando danos e/ou prejuízos à população, de modo geral.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente, os participantes começaram por discutir sobre as lutas e as necessidades da população LGBTQIA+. Sobre isso, vale destacar que a luta pelos direitos, justiça e dignidade da comunidade teve um dos marcos mais representativos no ano de 1969, conhecido como a “Revolta de Stonewall”. Stonewall Inn era um bar frequentado por homens gays e mulheres lésbicas nos Estados Unidos da América (EUA). Nesse mesmo ano, na data de 28 de junho, a polícia local invadiu o estabelecimento praticando atos de violência direcionados aos homens gays e mulheres lésbicas frequentadores do local. Esse momento gerou um movimento de repulsa entre os homens gays e mulheres lésbicas, resistindo e enfrentando a violência policial que recaía sobre seus corpos (TAGLIAMENTO, 2020). Um ano após o acontecimento, 10.000 pessoas se reuniram em Nova York para celebrar a data, dando início as passeatas gays que passaram a ocorrer em diversos países. Nesse sentido, pode-se destacar a passeata ocorrida em São Paulo no ano de 2019, reunindo três milhões de pessoas (SILVA, 2016).

Apesar de toda discriminação e preconceito que recaem sobre a população LGBTQIA+, a luta desses movimentos garantiu alguns direitos. O Conselho Nacional de Justiça, por meio da resolução n.º 175/2013 expõe a habilitação e celebração de casamento civil entre pessoas do mesmo sexo e/ou gênero (CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA, 2013), tendo em vista que desde maio de 2011 o Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceu as uniões entre casais homossexuais. Outrossim, em 28 de junho de 2011, dia Internacional do Orgulho Gay e da Consciência Homossexual, ocorreu o primeiro casamento entre homens homossexuais no Brasil, na cidade de Jacareí, em São Paulo (SCORSOLINI-COMIN, 2011).

Diante de alguns avanços, maior visibilidade e respeito por parte da sociedade, pode apresentar alguns eventos e datas comemorativas em prol dessa comunidade: o Dia Nacional da Visibilidade Trans (29 de janeiro), Dia Internacional da Visibilidade Trans (31 de março),

Dia Internacional de combate à Homofobia (17 de maio), Dia Internacional do Orgulho LGBTQIA+ (28 de junho), Dia Nacional da Visibilidade Lésbica (29 de agosto), Dia da Visibilidade Bissexual (23 de setembro), Dia da Visibilidade Intersexual (26 de outubro), Dia da Solidariedade Intersexual (8 de novembro), Dia da Pansexualidade (8 de dezembro), entre outros (SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA, 2021).

Sobre as necessidades e desafios em se trabalhar Gênero e Sexualidade na Saúde como práticas inclusivas, é necessário abordar as dificuldades que a população LGBTQIA+ enfrenta em acessar os serviços de saúde. Algumas pessoas sofrem com o tratamento inadequado dos profissionais, com olhares, com falta de aceitação de seu nome social, dentre outros aspectos. Além disso, também existe a dificuldade das equipes multiprofissionais em lidarem com o atendimento direcionado a essa comunidade. Esses aspectos podem dificultar o tratamento dessas pessoas, tanto físico, quanto emocional, podendo desencadear os transtornos de ansiedade e depressivos, podendo chegar à ideiação suicida e consumação do ato. Percebe-se que as grades curriculares universitárias apresentam pouco embasamento para o assunto. Nesse sentido, existem profissionais que, por motivos pessoais, não se sentem confortáveis e capacitados em atender este grupo, mostrando uma problemática social e cultural enraizada na heteronormatividade.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A experiência narrada reverbera sobre a necessidade de conscientizar a população acadêmica, os profissionais de saúde e comunidade de modo geral, sobre a refletir sobre às práticas inclusivas direcionadas a população LGBTQIA+. Se torna indispensável tratar a diversidade sexual e de gênero como aspectos naturais e iminentes do ser humano, visando desconstruir tabus, estereótipos e preconceitos estabelecidos na sociedade.

Acredita-se que essa pesquisa, como um relato de experiência, pode contribuir para que outras pesquisas sejam desenvolvidas, tanto sobre levantamentos bibliográficos, quanto pesquisas de campo, visando aprofundar pesquisas que fortaleçam a inclusão tanto no cenário acadêmico e profissional, quanto para a sociedade.

REFERÊNCIAS

CONSELHO NACIONAL DE JUSTIÇA. Resolução nº 175, de 13 de maio de 2013. **Dispõe sobre a habilitação, celebração de casamento civil, ou de conversão de união estável em casamento, entre pessoas de mesmo sexo.**

DALTRO, M. R.; FARIA, A. A. Relato de experiência: Uma narrativa científica na pós-modernidade. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 19, n. 1, p. 223-237, 2019.

JESUS, Jaqueline Gomes de. **Orientações sobre identidade de gênero**: conceitos e termos. Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião, 2012.

SALES, Shirlei Rezende; PARAÍSO, Marlucy Alves. O jovem macho e a jovem difícil: governo da sexualidade no currículo. **Educação & Realidade**, v. 38, p. 603-625, 2013.

SCORSOLINI-COMIN, Fabio. O Brasil homossexual em retrato: articulações entre direitos humanos, literatura e arte. **Paidéia**, v. 21, n. 50, p. 437-439, 2011.

SECRETARIA DA JUSTIÇA E CIDADANIA. **Calendário das datas afirmativas**. 2021.

SILVA, Marcos Aurélio da. Numa tarde qualquer: uma antropologia da Parada da Diversidade em Cuiabá e da cultura LGBT no Brasil contemporâneo. **Bagoas-Estudos gays: gêneros e sexualidades**, v. 10, n. 15, p. 101-130, 2016.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. Na trilha do arco-íris: do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009. 196 p.

SEPULVEDA, Denize; CORREA, Renan; FREIRE, Priscila. **Gêneros e sexualidades**: noções, símbolos e datas. Rio de Janeiro, 2021.

TAGLIAMENTO, Grazielle *et al.* Minha dor vem de você: uma análise das consequências da LGBTfobia na saúde mental de pessoas LGBTs. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 6, n. 3, p. 77-112, 2020.